

REFLEXÕES SOBRE A CRISE AMBIENTAL E O HISTÓRICO EMERGIR DAS SENSIBILIDADES PARA COM OS DIREITOS DOS ANIMAIS NAS CIÊNCIAS HUMANAS E NAS CIÊNCIAS DA VIDA

REFLECTIONS ON THE AMBIENT CRISIS AND THE DESCRIPTION TO EMERGE OF THE SENSIBILIDADES STOP WITH THE RIGHTS OF THE ANIMALS IN SCIENCES HUMAN BEINGS AND SCIENCES OF THE LIFE

José Otávio Aguiar

Francisco Henrique Duarte Filho

Rodrigo Ribeiro de Andrade*

Resumo: O presente ensaio tece considerações acerca da crise ecológica e de suas repercussões filosóficas e jurídicas. Seu intento é compreender, também, como se vem estruturando o pensamento historiográfico, sociológico e jurídico sobre os direitos dos animais. Assim, logo de início, algumas questões se apresentam: Que tipo de relação é possível estabelecer entre a chamada *crise ambiental* no mundo moderno e a forma como os homens vêm estabelecendo sua dominação e exploração sobre seres de outras espécies? O que haveria, ainda, a se dizer, no âmbito dos saberes ligados à Environmental History sobre os direitos dos animais não humanos? Como, e, quando, certa sensibilidade para uma discussão ontológica a seu respeito se construiu? Por qual razão, hoje, seus filósofos defensores apresentam suas idéias à batalha dos debates?

Palavras-chave: Crise ambiental, direito dos animais, ciências

Abstract: The present test doing considerations about the ecologic crisis and yours philosophic and juridical repercussions. His intent is comprehend, also, like has been structuring the historiographical, sociological and juristic thoughts about the animal rights. Therefore, in the beginning, some questions are made: what kind of relation is possible to establish between so-called *environmental crisis* in the modern world and how men has established your domination and exploration over other species? Which would, yet, to say, within the knowledge related to the Environmental History about the rights of nonhuman animals? How, and, what, sensibility to a certain ontological discussion about it was built? For which reason, today, his philosophers' defenders show his ideas to the battle of pleading?

Key-words: Ambiental crises, rights of animals, sciences

"Um indivíduo animal precisa de cuidados não porque sua espécie esteja em extinção e sim porque esse indivíduo está sentindo dor." –Ronnie Lee (1951)

Onde ficam os animais na atual crise ambiental?

Constata-se na sociedade moderna, mais do que em qualquer período da história do Planeta, que o aumento da interferência humana sobre os ecossistemas tem provocado alterações significativas na dinâmica do equilíbrio ecológico. As ações antrópicas degradando os ambientes naturais têm sido objeto de amplas e sistemáticas reflexões, veiculadas

* José Otávio Aguiar é doutor em História e Culturas Políticas/ UFMG. Pós-Doutor em História, Relações de Poder e Meio Ambiente/ UFPE. Professor da Universidade Federal de Campina Grande/ UFCG.

Francisco Henrique Duarte Filho é mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente/ UFPB. Doutorando em Recursos Naturais/ UFCG. Professor do Instituto Federal de Pernambuco/ IFPE.

Rodrigo Ribeiro de Andrade é graduando em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Bolsista do PIBIC – "Interferência humana e desequilíbrio ecológico: um estudo sobre a história da caça predatória à baleia e a polêmica atual sobre o descumprimento da moratória de 1986".

principalmente por uma parte considerável da comunidade científica internacional ligada aos estudos interdisciplinares sobre o Meio Ambiente. A literatura científica ligada às questões das relações Sociedade e Natureza, que se intensificou quantitativa e qualitativamente especialmente depois dos anos de 1960, tem demonstrado que ações humanas intensivas passaram a transformar, em escala crescente, os ambientes geográficos. Estes, degradados, comprometidos por atividades de exploração constantes e intensivas de recursos naturais, parecem por em prova nossa capacidade de desenvolver relações respeitadas, senão sustentáveis com os demais seres que, de forma sistêmica e concatenada, conosco convivem no Planeta. (MORRIN & KERN, 1995, 2003; SACHS, 2009; LEFF, 1999, 2006, 2009).

A capacidade humana de intervir nos ambientes naturais foi se desenvolvendo de maneira gradativa e cumulativa até se alcançar a intensa capacidade de inferir transformações significativas como as verificadas nas últimas décadas, comprometendo a estabilidade dos sistemas ambientais, devido, principalmente, ao progresso econômico que tem sido potencializado pelo desenvolvimento científico e tecnológico (DIAS, 2006).

Ao longo da trajetória humana no planeta, mas principalmente a partir da domesticação de certas espécies de animais, ocorrida no Período Neolítico, há cerca de dez mil anos, foram sendo construídas relações de controle e dominação dos grupos humanos sobre outras espécies de animais. Alguns estudos no campo das Histórias Social, Ambiental e Cultural procuraram esclarecer como, ao longo de muitas gerações, elementos das relações entre determinadas culturas e os animais (domesticados ou não) foram sendo construídos historicamente e acabaram influenciando na nossa concepção de mundo e de natureza.

No Ocidente, o tema que aborda o tratamento dispensado aos animais mereceu trabalhos já clássicos elaborados por historiadores ingleses, como Keith Thomas e Edward Palmer Thompson. Em seu *O Homem e o Mundo Natural*, Thomas (2009) investigou as atitudes e posturas intelectuais inglesas em relação aos animais e às plantas entre os séculos XVI e XIX. Por sua vez, em seu livro *Senhores e Caçadores*, Thompson (1989) estudou as relações entre natureza, história social e hábitos de caça na transição das lutas pela propriedade da terra e seus recursos naturais na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX.

É importante perceber, conforme Keith Thomas, que, historicamente, se elaboraram formas diversas e ambíguas de relacionamento entre os homens e os animais. Estudando as novas sensibilidades que emergiram na Inglaterra do início do período moderno em relação aos animais, às plantas e à paisagem, sobretudo a partir do século XVIII, este autor observou que se estabeleceram estreitas relações entre os homens e os animais domésticos naquele momento,

muito maiores do que pretendiam o cristianismo representado pelas religiões Católica, Anglicana e Presbiteriana, que, salvo excessões pontuais, pregavam uma estrita separação entre nossa espécie e a natureza.

Não resta dúvida de que aqueles seres “culturalmente humanizados” não eram domesticados por razões meramente sentimentais na Inglaterra daquele período. Havia a crença no fato de que os animais existiam para trabalhar e servir de alimento para a espécie humana, quando não para ambas as coisas. Todavia, as experiências dos humanos com os bichos não se restringiam somente a este pragmatismo reificador e as aproximações afetivas e cotidianas fizeram com que alguns filósofos, como o inglês Jeremy Bentham (1748-1832), vislumbrassem horizontes de direitos para outras espécies, quando mesmo se começava a discutir a igualdade entre os homens cuja cor da pele diferia. Eles, os animais, fizeram parte do cotidiano e da trajetória humana no planeta assumindo múltiplos significados, atitudes e percepções marcadas de historicidade que lhes foram atribuídos pela sociedade ao longo do tempo.

Mais recentemente, discutindo a necessidade de se reorientar as relações entre os homens e os outros animais, o filósofo e ativista australiano Peter Singer (2000) passou a escrever sobre a necessidade de minimizar o sofrimento dos bichos, garantindo-lhes direitos de existência independente e libertando-lhes de uma escravização domesticadora. Uma extensão da trajetória histórica de submissão dos animais é o que Singer chama de “especismo”, preconceito arraigado contra aqueles que não são membros da nossa espécie. Este tipo de visão moral, no Mundo Ocidental pós Revoluções Burguesas, parece vir da filosofia utilitária desenvolvida por filósofos ingleses oitocentistas como o já citado Bentham e John Stuart Mill (1806- 1873): “causar o mínimo de dor aos homens e aos animais”.

Seguindo a percepção sugerida por Peter Singer, os olhares que se lançam para analisar as relações entre os homens e os animais deveriam se afastar de certa ética de superioridade e dominação humana, inspirada e edificada num sentido religioso de que os animais existiriam para o usufruto dos homens, seja para ajudá-los em sua labuta ou para refestelá-los em sua alimentação. Esta percepção foi reforçada pela doutrina mecanicista cartesiana do século XVII, que instrumentalizava ainda mais os bichos em contraste com os seres humanos.

Naturalmente, a veiculação e aceitação gradativa pelos meios intelectuais ocidentais da teoria da Evolução por Seleção Natural de Charles Robert Darwin (1809-1882) contribuiu,

significativamente, para o desgaste da perspectiva de superioridade humana. Inserido no conjunto das espécies, o *homo sapiens sapiens*, conforme foi depois designado pela inclusão numa taxonomia na qual se juntava a outros seres da Natureza, se tornava mais um animal. Superando as interpretações pseudo científicas de um “darwinismo” social, abolindo juridicamente e oficialmente as escravidões diversas por origem social ou cor da pele, negando biológica e antropológicamente o conceito de raça pra incluir todos os humanos numa única espécie, questionando o machismo e o sexismo, o mundo ocidental chegava, nas três últimas décadas especialmente, à inquietante questão do especismo. A essa altura, questões de bioética se uniram às da moderna ecologia. Resta-nos processar, como estudiosos dos homens no tempo, essas transformações numa historiografia dedicada a temas ambientais do presente, ou da história recente.

Cabe considerar, neste ponto, que diferentes culturas se relacionam com a natureza explorando ou não determinados recursos presentes em seu espaço, segundo sua concepção de mundo e esquemas de significação sócio-históricos. Compreender a história do pensamento sobre a natureza, pela sociedade contemporânea, e a variedade de usos que dela foram feitos, ao longo do tempo, é uma tarefa um tanto instigante, porém, não menos complexa. As ações humanas (trans)formaram o meio ambiente e se utilizaram de seus recursos. Por trás dessas práticas e do tratamento que os seres humanos deram aos animais, estava a maneira como eles pensavam e imaginavam a essa natureza. O modo predominante de pensar sobre o mundo originou-se na Europa. Como vimos, nossa concepção da relação entre sociedades e naturezas originou-se das tradições clássicas, das idéias herdadas dos cristianismos e das concepções científicas e filosóficas a respeito dos homens e das demais espécies. A natureza não era percebida como sagrada e o homem deveria subjugar-la: cresceria, multiplicar-se-ia, povoaria a Terra e dominá-la-ia¹. Assim, como exemplo extraído de nossa hoje tão visitada história da leitura, só as três dezenas de cópias da Bíblia produzidas por Johannes Gutemberg (1398-1468) e impressas em pergaminho, no ano de 1456, precisaram, para serem impressas, do couro de aproximadamente cinco mil bezerros².

Como observou Keith Thomas, na Inglaterra este processo se intensificou ao extremo, com o embalo do desenvolvimento dos jogos de trocas que precederam o Capitalismo. Neste

¹ PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

² CURT F. BUHLER, *The fifteenth-century book* (Filadélfia, 1960), PP. 41-2. Apud. THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

sentido, desenvolveu-se uma cultura arraigada de caça e pesca nos tradicionais hábitos senhoriais europeus, amparada em uma justificativa teológico-filosófico-religiosa que inocentava os homens de responsabilidade assassina pela matança dos animais. A superioridade humana far-se-ia inquestionável.

Os animais existiriam para o bem estar humano, teriam sido criados para servir-nos. Os argumentos utilizados para justificar tal raciocínio partiam da tradição religiosa judaico-cristã, das ciências naturais, dos imperativos de produção, lucro e nutrição. Nossa sociedade, herdeira dessas tradições, permanece eivada dessas significações imaginárias. Elas alimentam práticas discursivas e não discursivas diversas, textos acadêmicos, discursos jornalísticos, parágrafos jurídicos e legislações variadas que guardam afinidade com as concepções ontológicas a que nos referimos.

As ideias que predominaram principalmente no século XIX, de progresso e desenvolvimento econômicos contínuos e sem considerar os limites de resiliência da Natureza, tiveram sua hegemonia questionada a partir da segunda metade do século passado. No que tange as relações Sociedade e Natureza, coube ao pensamento sistêmico, à ecologia e ao holismo a centralidade desse processo de discussão filosófica e críticas aos fundamentos epistemológicos que deram sustentação ao desenvolvimentismo e ao economicismo.

A partir de alguns princípios difundidos pelo pensamento ecológico, passou-se a discutir as questões socioambientais sob uma nova perspectiva. Os principais problemas da contemporaneidade não poderiam mais ser entendidos isoladamente; alguns dos mais importantes pensadores³ do século XX passaram a tentar compreendê-los a partir de uma nova racionalidade, uma lógica sistêmica: os problemas socioambientais estão interligados e são interdependentes. Compreendeu-se, por exemplo, que, ao ampliar e acelerar a exploração dos recursos naturais, a humanidade tornou-se a principal responsável pela desestabilização dos ambientes ecossistêmicos, provocando riscos potenciais de destruição da vida em seu conjunto concatenado.

Tomando a Ecologia como referência e modelo, criticando a então dita supremacia da Física que perdurou até a segunda metade do século passado, Capra (2001) corrobora com a concepção de que não se pode mais procurar compreender a realidade a partir do modelo

³Pensadores como James Lovelock, Arne Naess, Werner Heisenberg, Huberto Maturana e Edgar Morin são apenas alguns entre tantos reconhecidos pensadores do século XX cujas ideias, com pequenas diferenças de enfoque, convergem para o pensamento sistêmico defendido por Fritjof Capra.

mental herdado do reducionismo e do cartesianismo que predomina há séculos como fonte de verdades e de saberes hegemônicos. Pensadores sistêmicos vão buscar nos ecossistemas, que funcionam sob a lógica da sustentabilidade, valiosos exemplos para se aplicar à vida em sociedade. Segundo alguns desses estudiosos, dos ecossistemas se podem extrair profundas lições de comunidades sustentáveis de plantas, de animais e de microorganismos. Ciência da integração e das inter-relações necessárias à manutenção de um equilíbrio entre todos os seres que tecem a intrincada e complexa teia da vida.

Não obstante as lições que a Ecologia e o pensamento sistêmico têm oferecido, estudos em diversas áreas do conhecimento têm concluído que tanto nos ambientes continentais como oceânicos a presença do *Homo sapiens* no planeta foi se definindo ao longo dos últimos séculos pela intervenção crescente sobre os recursos naturais e pelo domínio cada vez maior sobre as demais espécies vivas. A este respeito, Morris (1990) chama a atenção para o crescimento excessivo da população humana, sua expansão desordenada sobre os habitats dos animais em praticamente todos os biomas⁴ e a vulnerabilidade a que foram expostos, culminando no que ele chamou de “rompimento do contrato animal”. Para este autor que defende o respeito incondicional a todos os animais, não há da parte da sociedade moderna um reconhecimento pelo valor intrínseco da Natureza, manifestada nas mais diferentes formas de vida e em suas conexões e interdependências, menos ainda um sentimento ético ou espiritual que leve a reconhecer a importância de cada espécie no complexo mosaico evolutivo que originou a vida no planeta:

Todo animal, toda espécie viva, é o final fascinante de milhões de anos de evolução. Cada um está adaptado de maneira singular ao seu próprio modo de vida e cada um merece o nosso respeito. O que o movimento conservacionista não captou é que todo animal precisa ser valorizado pelo que é e não por quanto ele vale. Todo animal deve ser honrado em atenção a ele mesmo, independentemente de sua beleza, raridade ou valor monetário (MORRIS, 1990, p.81).

Pensadores cujas teorias são mais polêmicas como o já citado Singer (2004); e, ainda, Chuahy (2009) discutem a necessidade de mudanças radicais em hábitos, costumes e práticas da sociedade moderna e começam a questionar o sentido e a racionalidade presentes em atitudes comportamentais e ações de determinados setores da sociedade quando defendem a exploração sistemática de um determinado recurso natural com vistas ao crescimento econômico, ao bem estar humano e/ou para a obtenção do lucro, colocando em risco de

⁴Segundo a definição do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE, 2004) o bioma é entendido como um conjunto de vida (vegetal e animal) formado por todos os seres vivos de uma determinada região, cuja vegetação tem bastante similaridade e continuidade, com um clima mais ou menos uniforme, tendo uma história comum em sua formação. Por isso tudo sua diversidade biológica é própria e também muito parecida.

depleção ou extinção esse recurso, num completo desinteresse pelas discussões éticas que essas questões nos impõem, enquanto seres vivos que compartilham o planeta com outras espécies em um longo processo de co-evolução. O filósofo francês Michel Serres (1991) defende a ideia de que é chegada a hora de substituirmos a Teoria do Contrato Social Hobbesiano pela Teoria de do “Contrato Natural”. Assim, sua tese é a de que o peso da humanidade sobre o planeta torna necessário um novo pacto, agora assinado com a biosfera e as demais espécies vivas.

Para Serres, a humanidade deve buscar o estado de paz e o amor, e, para tal, deve renunciar ao contrato social primitivo para firmar um novo pacto com o mundo: o contrato natural. Serres preconiza a revisão conceitual do direito natural de Locke, pelo qual o homem é o único sujeito de direito. Neste sentido, acreditamos que este trabalho ajuda a estudar mudanças de atitudes diversas dos brasileiros a respeito dos animais, especialmente as baleias. Por sua vez, essas mudanças tendem a promover transformações legislativas, culturais, acadêmicas.

O fato é que a maneira como tem se acelerado a interferência humana, principalmente depois do advento da Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII, degradando os ecossistemas e comprometendo sua estabilidade ecológica, têm sido decisiva para colocar em estado de vulnerabilidade ou em risco de extinção, nas mais diversas regiões do planeta, milhares de espécies animais e vegetais. Alguns estudos de História Ambiental, cuja característica mais importante talvez seja o diálogo historiográfico com as chamadas Ciências Naturais, apresentam dados que corroboram essa linha de raciocínio:

Durante os últimos 10.000 mil anos, as atividades humanas causaram mudanças importantes nos ecossistemas mundiais. A expansão universal das colonizações e a criação de campos para pastos e para a agricultura, o desmatamento contínuo das florestas e de outras regiões silvestres e a drenagem dos pântanos reduziram continuamente os habitats de quase todas as espécies de animais e plantas. A caça deliberada de animais para a alimentação, por suas peles e outros produtos (e em muitos casos, só pelo ‘esporte’) e a coleta de plantas reduziram drasticamente o número de muitas espécies. (PONTING, 1995, p. 265)

Portanto, por motivos variados, através de atividades diversas e em momentos históricos distintos, a humanidade passou a modificar intensamente o ambiente natural, moldando-o às suas necessidades e interesses, notadamente de caráter econômico. A ocupação e a exploração de praticamente todas as áreas do planeta, mesmo as mais inóspitas, se tornou possível em função dos aparatos científicos e tecnológicos desenvolvidos e colocados a serviço da humanidade. Disso resulta que os impactos negativos sobre Ambiente, antes

localizados e de dimensões regionais, passaram a crescer ao longo do tempo alcançando os mais distantes rincões do planeta e comprometendo a estabilidade de ecossistemas que levaram milhares de anos para se constituírem.

Para Lovelock (2006), o descontrolado avanço humano sobre os recursos naturais e a degradação dos ecossistemas em escala global tornou imperativa a preocupação com os destinos do planeta. Reconhecem-se hoje, sem grandes controvérsias, que o ser humano e Ambiente são partes constituintes de um processo que evoluíram juntos pelo menos nos últimos cinco milhões de anos. Disso resulta que o ser humano e o planeta são partes constituintes de um processo evolutivo e histórico em que foram se moldando mutuamente até o estágio bio-físico-químico atual. Contudo, o distanciamento do ser humano para com a Natureza e o aumento de sua capacidade de exploração dos recursos ambientais fragilizou o equilíbrio existente entre Sociedade e Natureza. O resultado desse desequilíbrio pode ser constatado em estudos recentes⁵ que apontam a contínua diminuição da biodiversidade nos oceanos, ameaçando o bem-estar e até a sobrevivência humana.

Fazendo referência a associação entre a história do planeta e a história humana num processo de co-evolução, onde a conjugação de fatores naturais e humanos se molda mutuamente, Martins (2007) discorre que esse processo é perceptível já entre os primeiros antepassados do *Homo sapiens*; esses começaram a percorrer as savanas africanas e pouco a pouco a situação ambiental global e regional tendeu a resultar da conjugação complexa dos movimentos da natureza com a ação humana. A ação humana, segundo o autor, interage com as forças da Natureza, provocando impactos sobre os ambientes e 'reações' do mundo natural.

A civilização que pautou seu desenvolvimento pela industrialização e urbanização intensivas, evidencia a tendência global de alterar significativamente os ambientes naturais. Conforme Drew (1998), essa tendência pode ser observada ainda na crescente e desordenada ocupação do solo, na emissão intensa de poluentes na atmosfera e na grande contaminação e degradação pontual e difusa das águas dos lagos, rios e mares. Acrescente-se ainda ao que se convencionou chamar de "crise socioambiental", o problema da explosão demográfica, da

⁵Estudo coordenado pelo cientista Boris Worm da Dalhousie University, Canadá, publicado em novembro de 2006 pela revista americana *Science*, com o título "Biodiversity Loss in the Ocean: How Bad Is It?", divulgado em todo o mundo científico concluiu que a diminuição da diversidade marinha, constatada nas últimas décadas, aumentou o desaparecimento de recursos disponíveis e diminuiu de forma exponencial o potencial de recuperação, de estabilidade ecossistêmica e comprometeu a qualidade da água nas áreas oceânicas estudadas. Os cientistas que fizeram parte da equipe alertaram, ainda, para o fato de que as alterações na biodiversidade marinha são causadas diretamente pela exploração, poluição e destruição de *habitats* e, indiretamente, por perturbações relacionadas com alterações climáticas.

urbanização intensa e desordenada, da demanda crescente por matérias-primas e da descoberta de novas fontes de energia, que, catalisadas pelos avanços científicos e tecnológicos, aceleraram os impactos negativos sobre a natureza.

Crise da racionalidade teórica e instrumental

Para Enrique Leff (2009) se vivencia hoje também uma crise do conhecimento. A ciência clássica que prosperou amparada no racionalismo, na compartimentação e na especialização do conhecimento, embora tenha proporcionado avanços técnico-científicos significativos nos mais diversos campos do conhecimento, não tem sido capaz de apresentar soluções para alguns dos problemas mais graves do mundo contemporâneo, especialmente por não possuir arcabouço teórico-metodológico capaz de compreendê-los em suas interações, interdependências e complexidades.

A este respeito, o autor da teoria da “racionalidade ambiental” complementa que a problemática ambiental pode ser identificada como a crise da própria racionalidade econômica e tecnológica. A globalização econômica introduziu complexidades que ultrapassam a capacidade de compreensão, explicação e solução dos problemas a partir do paradigma da racionalidade econômica estabelecido. Por se vislumbrar o desastre ecológico, o desafio que se mostra imperativo é o da desconstrução de um mundo edificado sobre esse discurso da racionalidade econômica para a construção de uma nova racionalidade ambiental que ressignifique o mundo a partir de novos valores e sob uma nova ética. Neste sentido, Leff defende a necessidade de superação do atual modelo civilizatório e a reconstrução de uma nova sociedade a partir de mudanças estruturais em sua base material e cultural:

A racionalidade teórica e instrumental constitutiva da modernidade e sua expressão através dos seus valores, seus códigos de conduta, seus princípios epistemológicos e sua lógica produtiva geraram a destruição da base de recursos naturais e das condições de sustentabilidade da civilização humana. Isto desencadeou desequilíbrios ecológicos em escala planetária, a destruição da diversidade biótica e cultural, a perda de práticas de valores culturais, o empobrecimento de uma população crescente e a degradação da qualidade de vida das maiorias. Esta crise do crescimento econômico leva a fundar um desenvolvimento alternativo sobre outros valores éticos, outros princípios de produção e outros sentidos societários, sem os quais a vida humana não será sustentável. (LEFF, 2009. p. 84)

Nesta direção, embora se registre opiniões divergentes sobre determinados fenômenos ambientais⁶, parece haver uma forte tendência entre os principais teóricos que discutem as relações Sociedade e Natureza em exaltar à legitimidade de uma crise ambiental planetária. Sob a bandeira do progresso e do desenvolvimento, vários problemas foram se originando e outros se intensificando a partir das tentativas humanas de explorar a Natureza e constituir um modelo civilizatório único: poluição atmosférica, violência urbana, perda de biodiversidade, exploração desordenada dos recursos naturais, interferência antrópica nos ecossistemas, desaparecimento de povos e culturas tradicionais, aquecimento global, extinção de espécie animais e vegetais, entre outros.

Problemas atuais e inquietantes sobre os quais, segundo Morin (1995, p. 97), a humanidade precisa se debruçar para entendê-los a partir de um novo modo de se inserir na realidade; um olhar caleidoscópico que possa dar conta de uma complexidade que é inerente à própria dinâmica da realidade que está em constante mudança; a humanidade necessita de uma nova racionalidade para lidar com as novas questões que a crise ambiental planetária hoje nos impõe:

Precisamos abandonar os dois mitos maiores do Ocidente moderno: a conquista da natureza-objeto pelo homem sujeito do universo, o falso infinito para o qual se lançavam o crescimento industrial, o desenvolvimento, o progresso. Precisamos abandonar as racionalidades parciais e fechadas, as racionalidades abstratas e delirantes que consideram como irracional toda crítica racional dirigida a ela. (MORIN, 1995, p.97)

Dentre os graves problemas ambientais vivenciados pela sociedade contemporânea, talvez um dos mais significativos, dada a sua magnitude, diz respeito à intervenção antrópica nos ecossistemas marinhos. A interferência humana nos oceanos, verificada por meio da poluição crescente das águas, pela pesca e pela caça intensiva e predatória para fins comerciais e industriais tem sido objeto de preocupação de uma parcela importante da comunidade científica mundial.

Acredita-se que os desastres provocados com imensos vazamentos de navios petroleiros, o lixo que chega aos oceanos e o aquecimento global têm contribuído para comprometer a estabilidade ecológica desses ecossistemas e para acelerar a destruição de várias formas de vida ali presentes. Atividades humanas intensivas que, segundo algumas

⁶É importante aqui fazer referência as controvérsias geradas no meio científico em torno do fenômeno do aquecimento global. Há pensadores que subestimam as ações antrópicas sobre o clima e defendem ideias polêmicas, entre elas a de que faltam dados científicos confiáveis para se afirmar que o aquecimento global tem relação direta com a crescente emissão de CO₂ provocada pelas atividades humanas. A este respeito ver o livro *O ambientalista cético* de Bjor Lomborg, 2002.

teorias, devem contribuir para levar a médio ou longo prazo à desestabilização dos grandes sistemas ambientais, podendo tornar a vida insustentável no planeta.

Pesquisas recentes que abordam a atual interferência humana nos ecossistemas do mundo inteiro apresentam números preocupantes quanto ao desaparecimento de plantas e animais, quanto à perda de biodiversidade em ritmo intenso e em praticamente todo o planeta, principalmente a partir da expansão econômica e cultural da Europa Ocidental na era moderna (CROSBY, 2004).

Esses números são impressionantes pelo seu crescimento vertiginoso, principalmente quando se reporta aos últimos cinquenta anos da nossa história recente, quando se intensifica a expansão civilizatória e o processo de globalização econômica. Acerca da perda da biodiversidade em todo o mundo, Ponting (1995, p. 315) faz as seguintes considerações:

Entre 1600 e 1900, uma espécie animal foi extinta a cada quatro anos, na década de 1970, esse nível cresceu para aproximadamente 1.000 por ano. Atualmente, cerca de 25.000 espécies de plantas, 1000 espécies de pássaros (10 por cento do total mundial) e mais 700 espécies de animais (incluindo particularmente os mais vulneráveis, como o tigre, o jaguar, o leopardo, o puma, a cheeta, a jaguaritica, vinte e três tipos de baleias, quatro tipos de rinoceronte, dez de ursos e dois de panda, o gorila das montanhas e o elefante africano) estão próximos da extinção. (PONTING, 1995, p. 315) (Grifamos).

Geralmente com a justificativa de promover o desenvolvimento e o progresso da humanidade, grupos econômicos vêm intensificando em todo o planeta a exploração dos recursos naturais, com fortes efeitos sobre o desaparecimento de várias espécies da fauna e da flora terrestre e marinha. O tráfico de animais silvestres, por outro lado, também contribui para aumentar o número de animais em estado de vulnerabilidade. Em recente livro publicado pelo governo brasileiro⁷, uma variedade enorme de espécies animais que fazem parte dos vários ecossistemas brasileiros aparece na lista de animais ameaçados de extinção. Nas últimas cinco décadas, no pantanal, na caatinga, no cerrado e na floresta amazônica, o quantitativo de espécies ameaçadas no Brasil só engrossou as estatísticas. Ano após ano se faz a mesma pergunta: até quando isso será permitido?

À Guisa de Conclusão:

⁷ Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção. Editores: Ângelo Barbosa Monteiro Machado, Gláucia Moreira Drummond, Adriano Pereira Paglia. Brasília, DF: MMA; Belo Horizonte, MG: Fundação Biodiversitas, 2008, p. 813.

Ao final de nossas breves considerações, este pós-escrito tem, acima de tudo, uma função de recapitulação. Pode-se, com aproximada precisão, afirmar que, entre meados dos anos 1960, e o transcorrer dos 1970, os problemas relacionados com o meio ambiente passaram a exercer maior presença em reflexões de governos e instituições dos mais diversos países e culturas, tornando-se a sobrevivência continuada de homens e mulheres em nosso planeta uma preocupação internacional, que colocaria em questão um dado modelo de desenvolvimento capitalista que então explorava vorazmente os recursos naturais, em nome de um suposto desenvolvimento ou “progresso” econômico.

Por outro lado, em países como França, Alemanha, Inglaterra e Bélgica, intelectuais ligados a centros acadêmicos de destaque ou partidos políticos de esquerda, como Cornelius Castoriadis, Daniel Cohn-Bendit, Ricardo Petrela, Eric J. Hobsbawm, Edgar Morin, bem como os pensadores da chamada *Escola de Frankfurt*, passaram a denunciar que, nas nações de economia planificada, reunidas sob a égide do que se passou a chamar *socialismo real*, a forma de exploração dos recursos naturais, em essência, não diferia.⁸

A partir desse período, a Organização das Nações Unidas – ONU – começou a realizar, a cada vinte anos, Conferências Internacionais que tinham como objetivo reunir representantes de vários Estados Nacionais para discutir os principais problemas relacionados à preservação da natureza. Uma primeira reunião, que ficou conhecida como a Conferência de Estocolmo e contou com representantes de 113 países foi realizada em solo sueco; em seguida, a ECO-92 ou RIO-92, que, como o próprio nome indica, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992 e, mais recentemente, a Conferência Mundial de Desenvolvimento Sustentável, que ocorreu em Johannesburgo, em 2002. Entretanto, apesar destes esforços, percebe-se que não se tem observado, na prática, mudanças significativas no que diz respeito às atitudes do homem em relação ao ambiente com o qual interage, sobretudo quando se trata de poderosas instituições industriais e comerciais que têm se utilizado do discurso ambiental muito mais como uma estratégia de marketing para se autopromoverem econômica e socialmente, ao invés de assumirem posturas e comportamentos diferentes no que diz respeito aos usos sustentáveis dos recursos naturais.

Nesse sentido, não obstante as questões ambientais sejam envolvidas hoje em uma “febre de marketing”, tamanha a importância que esses problemas assumiram na atualidade, pode-se reconhecer que muitos pesquisadores já têm utilizado o seu “termômetro” para

⁸Cf. Verbete “Política e Ecologia”, in Norberto BOBBIO, Nicola. MATTEUCCI & Gianfranco PASQUINO: Dicionário de Política: Brasília: UnB, p. 976-980.

evidenciar estratégias desse tipo que partem de algumas empresas e instituições políticas que desvirtuam o verdadeiro propósito do despertar para a consciência da preservação ambiental para beneficiar alguns grupos de/o poder. No entanto, ao que parece, o diagnóstico ainda está para ser feito e caminhos que relacionem uma postura ética dos indivíduos diante da natureza precisam ser apontados, haja vista que muitas das atitudes predatórias, de devastação e desrespeito aos demais seres vivos ainda persistem arraigadas em nossa sociedade e o discurso ambiental continua servindo como uma mera estratégia mercadológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo, Cultrix, 2001.
2. Cf. Verbetes “Política e Ecologia”, in Norberto BOBBIO, Nicola. MATTEUCCI & Gianfranco PASQUINO: **Dicionário de Política**: Brasília: UnB, p. 976-980.
3. CHUAHY, Rafaella. **Manifesto pelo Direito dos Animais**. Rio de Janeiro, Record, 2009.
4. CROSBY, Alfred. W. **Imperialismo Ecológico: a Expansão Biológica da Europa (900-1900)**. Trad. José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
5. DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo, Atlas, 2006.
6. DREW, David. **Processos interativos Homem-Meio Ambiente**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.
7. DUARTE, Regina Horta. **História e Natureza**. Belo Horizonte; Autêntica, 2005.
8. LEFF, Enrique. **Ecología y capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable**. México, Siglo XXI, 1999.
9. _____. **Epistemologia ambiental**. 4ª ed. São Paulo, Cortez, 2006.
10. _____. **Saber ambiental**. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth; 7ª ed. Petrópolis, Vozes, 2009.
11. LOMBORG, Bjorn. **O ambientalista cético**. Rio de Janeiro, Campus, 2002.
12. LOVELOCK, James. **Gaia: cura para um planeta doente**. São Paulo, Cultrix, 2006.

13. MARTINS, Marcos Lobato. **História e Meio Ambiente**. AnnaBlume. Belo Horizonte, 2007.
14. **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**. Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção. Editores Ângelo Barbosa Monteiro Machado, Gláucia Moreira Drummond, Adriano Pereira Paglia. Brasília, DF: MMA; Belo Horizonte, MG: Fundação Biodiversitas, 2008.
15. MORIN, Edgar. **Para além da globalização e do desenvolvimento: sociedade mundo ou império mundo?** In, CARVALHO, Edgard de Assis; MENDONÇA, Terezinha. (Orgs.). Ensaio de complexidade 2. Porto Alegre, Sulina, 2003.
16. MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Porto Alegre, Sulina, 1995.
17. MORRIS, Desmond. **O Contrato Animal**. Trad. Lucia Simonini. Editora Record, Rio de Janeiro, 1990.
18. PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.
19. SACHS, Ignacy. **A Terceira Margem: à procura do ecodesenvolvimento**. Trad. Rosa Freire de Aguiar, Companhia das Letras, São Paulo, 2009
20. SINGER, Peter. **Libertação animal**. Porto Alegre, Lugano, 2004.

Artigo recebido em: 26/09/2011

Aprovado em: 04/11/2011